

# Estado realiza pregão para concessão de uso de imóveis

Qua 28 julho

O [Governo de Minas](#), por meio da [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag\)](#), realiza, nesta quinta-feira (29/7), às 10h, a sessão pública do primeiro pregão presencial do projeto da Nova Política de Gestão de Imóveis (NPGI) do Estado de Minas Gerais.

A sessão - no prédio Gerais da Cidade Administrativa (9º andar), em Belo Horizonte - irá oferecer a concessão de uso (locação) de três salas comerciais do tradicional edifício Arcângelo Maletta, localizado no centro da capital.

“É o primeiro processo de uma nova frente de trabalho que a Seplag pretende fazer de forma contínua. A realização de pregões dessa natureza funciona como importante instrumento para o uso eficiente dos bens públicos, por meio de destinação temporária onerosa, capaz de custear a manutenção do imóvel e, ainda, gerar receitas para outras finalidades públicas do Estado”, destaca a diretora Central de Gestão de Imóveis, Aline Moraes.

Os imóveis correspondem às salas 815, 819 e 829, localizadas no 8º andar do edifício Maletta. O licitante vencedor será aquele que propor o maior valor por sala. A sessão será aberta ao público e poderão participar pessoas físicas ou jurídicas.

No dia da sessão, é obrigatório o uso da máscara de proteção e a aplicação do questionário de acesso ([www.acessoca.mg.gov.br](http://www.acessoca.mg.gov.br)) para ingressar no complexo da Cidade Administrativa. Para mais informações sobre o edital, acesse [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## Gestão de imóveis

O projeto NPGI tem como objetivo melhorar o aproveitamento e a destinação dos imóveis públicos e promover a regularização cartorial, dominial e informacional.

Para isso, o projeto conta com as seguintes frentes de trabalho: empréstimo oneroso, coabitação, terceirização de serviços, prospecção e atualização de informações, remodelagem administrativa da unidade central de Gestão de Imóveis da Seplag e revisão normativa.

“Com o sucesso do projeto será possível aumentar as receitas não tributárias do Estado, reduzir despesas com a manutenção e conservação dos imóveis públicos, mitigar os riscos de gestão e gerar informação apropriada para uma gestão efetiva do patrimônio estadual”, afirma o superintendente Central de Logística da Seplag, Marcos Soares.